



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITO**

SÉRIE/SEMESTRE:	2ª FASE - 2024.2
NATUREZA:	Obrigatória
TURNO:	Matutino (T2302)
DOCENTE:	Valcir Gassen
DISCIPLINA:	Legislação Tributária – DIR 5991
CARGA HORÁRIA:	72 h/a

<b>Ementa</b>	Atividade Financeira do Estado. Finanças Públicas. Direito Financeiro. Direito Tributário. Classificação jurídica dos tributos. Sistema Tributário Nacional. Normas gerais de Direito Tributário. Processo Administrativo Tributário. Direito Tributário Penal. Tributos Federais, Tributos Estaduais e Tributos Municipais
<b>Objetivos</b>	Objetivo Geral: Possibilitar o conhecimento e domínio dos instrumentos conceituais e técnicos utilizados no Direito Tributário considerando a legislação, doutrina e jurisprudência. Objetivo Específico: Problematizar, a partir de um enfoque crítico, o conteúdo em pauta, considerando a inserção e a prática social do (a) discente e docente.
<b>Metodologia</b>	As aulas serão ministradas em uma perspectiva dialógica, com aulas expositivas pelo docente, com a participação dos (as) discentes e leituras recomendadas de artigos científicos - material a ser inserido na plataforma Moodle.
<b>Critérios de avaliação</b>	Das avaliações (N1, N2 e N3): Serão realizadas 3 (três) avaliações, duas com questões de múltipla escolha e uma avaliação dissertativa, com base em artigos/capítulos/vídeos, com a consequente aplicação de questionários que incite a reflexão dos temas. Nota Final A Nota Final resultará do seguinte cálculo (3 notas com peso 1, divididas por 3): Tendo em vista o que dispõe a regulamentação da UFSC e a legislação federal em vigor, apenas obterá aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
<b>Conteúdo programático</b>	Unidade I 1. Finanças Públicas: Direito Financeiro e Direito Tributário 1.1. A matriz tributária brasileira: o fenômeno da tributação no Brasil 1.2. Objeto e Conceito de Direito Financeiro e Direito Tributário 1.3. A relação entre Direito Financeiro e Direito Tributário Unidade II 2. Tributo 2.1. Conceito de tributo 2.2. Natureza jurídica do tributo 2.3. Classificações dos tributos Unidade III 3. As Espécies tributárias e o sistema constitucional tributário 3.1. Imposto 3.2. Taxa 3.3. Contribuição de melhoria 3.4. Empréstimo compulsório

	<p>3.5. Contribuição especial</p> <p>3.6. Outras espécies tributárias</p> <p>Unidade IV</p> <p>4. Da competência tributária</p> <p>4.1. Conceito e classificação da competência tributária</p> <p>4.2. Critérios de partilha da competência tributária</p> <p>4.3. O exercício da competência tributária</p> <p>4.4. Discriminação constitucional de rendas tributárias</p> <p>Unidade V</p> <p>5. Limitações ao poder de tributar</p> <p>5.1. Estado Democrático de Direito e limitações do poder de tributar</p> <p>5.2. Princípios tributários</p> <p>5.3. Imunidades tributárias</p> <p>Unidade VI</p> <p>6. Fontes do Direito Tributário</p> <p>6.1. A questão das fontes do direito tributário: fontes materiais e formais</p> <p>6.2. O processo legislativo e os atos normativos em matéria tributária</p> <p>6.3. Vigência das leis no espaço e no tempo</p> <p>6.4. Aplicação da lei tributária</p> <p>Unidade VII</p> <p>7. Interpretação e integração da legislação tributária</p> <p>7.1. Diferenças entre interpretação e hermenêutica</p> <p>7.2. Interpretação e integração da legislação tributária</p> <p>7.3. Procedimentos interpretativos</p> <p>7.4. O problema das lacunas e das antinomias no direito tributário</p> <p>7.5. Interpretação literal, benigna e econômica do direito tributário</p> <p>Unidade VIII</p> <p>8. Da obrigação tributária e seus elementos</p> <p>8.1. Conceito e natureza da obrigação tributária</p> <p>8.2. Fato gerador da obrigação tributária</p> <p>8.3. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária</p> <p>8.4. Responsabilidade solidária, por sucessão e de terceiros</p> <p>8.5. Capacidade tributária</p> <p>8.6. Domicílio tributário</p> <p>Unidade IX</p> <p>9. Crédito tributário</p> <p>9.1. Nascimento da obrigação tributária e lançamento</p> <p>9.2. Obrigação tributária e crédito tributário</p> <p>9.3. Conceito e natureza do lançamento</p> <p>9.4. Espécies de lançamento</p> <p>9.5. Suspensão da exigibilidade da obrigação tributária</p> <p>9.6. Extinção da obrigação tributária</p> <p>9.7. Repetição do indébito tributário</p> <p>9.8. Garantias e privilégios do crédito tributário</p> <p>Unidade X</p> <p>10. Administração tributária</p> <p>10.1. Dívida ativa</p> <p>10.2. Certidões negativas</p> <p>10.3. Poderes das autoridades fiscais</p> <p>Unidade XI</p> <p>11. Processo administrativo fiscal</p> <p>11.1. Processo administrativo fiscal municipal</p> <p>11.2. Processo administrativo fiscal estadual</p> <p>11.3. processo administrativo fiscal federal</p>	
<b>Habilidades</b>	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de

		problemas.
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	X	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos
	X	Outras: 1. Compreender a dimensão histórica do fenômeno jurídico; 2. Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos; 3. Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; 4. Dominar instrumentos da metodologia histórico-jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais; 5. Compreender a lógica da produção jurídica no Brasil, em uma região do mundo que julga atrasada e periférica; 6. Desenvolver a cultura do diálogo, ao dar-se conta do pluralismo ideológico da produção jurídica; 7. Explicar a “lógica” dos transplantes jurídicos em um país que se percebe periférico; 8. Compreender a razão do movimento pendular entre liberalismo cosmopolita e conservadorismo nacionalista ao longo da história do pensamento jurídico brasileiro; 9. Vincular o surgimento dos diversos diplomas jurídicos fundamentais às problemáticas de construção do Estado de direito democrático; 10. Esclarecer as variedades progressistas e conservadora dentro do próprio pensamento jurídico.
<b>Bibliografia básica</b>		AMARO, Luciano. <b>Direito tributário brasileiro</b> . 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. <b>Direito tributário brasileiro: CTN comentado</b> . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. GASSEN, Valcir (Org). <b>Equidade e eficiência da matriz tributária brasileira: diálogos sobre Estado, Constituição e Tributação</b> . 2. ed. rev., atual., aum. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. SABBAG, Eduardo. <b>Manual de direito tributário</b> . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
<b>Bibliografia Complementar</b>		ANDRADE, José Maria de. <b>Interpretação da norma tributária</b> . São Paulo: MP editora, 2006. ATALIBA, Geraldo. <b>Hipótese de incidência tributária</b> . 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1997. BALEEIRO, Aliomar. <b>Uma introdução à ciência das finanças</b> . 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. <b>História do Tributo no Brasil</b> . Florianópolis, Boiteux,

2005.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **Manual de direito tributário**. Florianópolis: Diploma Legal, 1999. Livro 1.

BICALHO, Guilherme Pereira Dolabela. **Extrafiscalidade tributária: pós-modernidade e legitimação do estado social brasileiro**. Belo Horizonte: Arraes, 2014.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 30. ed. São Paulo : Saraiva, 2019.

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CASTRO, Matheus Felipe de; GASSEN, Valcir. **A crise fiscal do Estado brasileiro: uma economia política dos direitos fundamentais**, Joaçaba - SC, 2019.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Comentários à Constituição de 1988 – sistema tributário**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

GASSEN, Francisco; GASSEN, Valcir. **De Tobin a Piketty: a tributação incidente sobre o capital financeiro internacional como ferramenta garantidora dos direitos fundamentais**, Florianópolis-SC, 2021.

GASSEN, Valcir; GASSEN, Francisco; D'ARAÚJO, Pedro Júlio Sales. **Reforma tributária: o esforço em manter a matriz tributária em seu (in)devido lugar**, Belo Horizonte, 2020.

GASSEN, Valcir; VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. **Tributação nos Estados Unidos e no Brasil: estudo comparativo da matriz tributária**, São Paulo, 2020.

GASSEN, Valcir. **Tributação na origem e destino: tributos sobre o consumo e processos de integração econômica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GODOI, Marciano Seabra de. **Crítica à jurisprudência atual do STF em matéria tributária**. São Paulo: Dialética, 2011.

LEONETTI, Carlos Araújo. **O imposto sobre a renda como instrumento de justiça social no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2003. 213 p.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

MICHELS, Gilson Wessler. **PAF: Processo Administrativo Fiscal: litigância tributária no contencioso administrativo**. Brasília: CenoFisco, 2018.

NUNES, Cleucio Santos. **Curso Completo de Direito Processual Tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2018.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

<b>Cronograma</b>	<b>Entrega e apresentação do plano de ensino e da disciplina</b>	7/8
	<b>Unidade I</b>	9 e 14/8
	<b>Unidade II</b>	16, 21 e 23/8
	<b>Unidade III</b>	23, 28 e 30/8
	<b>Avaliação 1</b>	4 e 6/9
	<b>Unidade IV</b>	11 e 13/9
	<b>Unidade V</b>	18, 20 e 25/9
	<b>Avaliação 2 – múltipla escolha</b>	27/9
	<b>Unidade VI</b>	2 e 4/10
	<b>Unidade VII</b>	9, 11 e 16/10
	<b>Unidade VIII</b>	18 e 23/10
	<b>Unidade IX</b>	25 e 30/10
	<b>Unidade X</b>	1, 6 e 8/11
	<b>Unidade XI</b>	13, 15/11
<b>Avaliação 3 – múltipla escolha</b>	20/11	
<b>Recuperação e encerramento</b>	22, 27 e 29/11	